

MOVIMENTOS FEMINISTAS TRANSFORMANDO OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR DEMANDAS

*Anna Heloyza Dias Gonçalves da Silva** & *Olivia Cristina Perez***

Resumo: Este artigo aborda a atuação de lideranças feministas em espaços de participação política no Brasil, com foco nas estratégias adotadas por elas entre 2018 e 2022. O período analisado foi marcado por crises na gestão presidencial e cortes em políticas de proteção às mulheres. O objetivo do artigo é analisar se, no período analisado, as lideranças dos movimentos sociais feministas utilizavam os espaços de participação institucionais como instrumentos para o alcance de suas demandas. A pesquisa qualitativa fundamentou-se na análise documental de entrevistas semiestruturadas coletadas em um banco de entrevistas extenso. Contando com a participação de cinco lideranças de organizações feministas de projeção nacional e foram realizadas entre julho e setembro de 2022. A teoria central de movimentos sociais utilizada no artigo é a teoria das redes, que define os movimentos sociais, como redes de interações informais entre indivíduos plurais, grupos e/ou organizações, envolvidos em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas. Os resultados destacaram que apesar das limitações estruturais nos espaços participativos, como a falta de poder deliberativo e os impactos causados por governos conservadores, as lideranças destacam a importância desses espaços para o avanço de suas demandas.

Palavras-chave: Lideranças feministas; Participação política; Estratégias de atuação.

FEMINIST MOVEMENTS TRANSFORMING SPACES OF POLITICAL PARTICIPATION: STRATEGIES TO ACHIEVE DEMANDS

Abstract: This article addresses the role of feminist leaders in political participation spaces in Brazil, focusing on the strategies they adopted between 2018 and 2022. The period under analysis was marked by crises in the presidential administration and cuts in policies protecting women. The article aims to analyze whether, during the period under analysis, feminist social movement leaders used institutional participation spaces as instruments to achieve their demands. The qualitative research was based on documentary analysis of semi-structured interviews collected from an extensive database. The interviews involved five leaders of nationally recognized feminist organizations and were conducted between July and September 2022. The central theory of social movements used in the article is network theory, which defines social movements as networks of informal interactions between diverse individuals, groups, and/or organizations involved in political or cultural conflicts, based on shared collective identities. The results highlighted that despite the structural limitations in

* Graduada no curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí (UEPI). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4953-2945>. Contato: annahellodias@gmail.com.

** Professora Adjunta no curso de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Cursou o bacharelado e licenciatura plena em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (FCLP/UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>. Contato: oliviaperez@ufpi.edu.br.

participatory spaces, such as the lack of deliberative power and the impacts caused by conservative governments, leaders emphasize the importance of these spaces for advancing their demands.

Keywords: Feminist leaders; Political participation; Action strategies.

MOVIMIENTOS FEMINISTAS TRANSFORMANDO ESPACIOS DE PARTICIPACIÓN POLÍTICA: ESTRATEGIAS PARA LOGRAR REIVINDICACIONES

Resumen: Este artículo aborda el rol de las líderes feministas en los espacios de participación política en Brasil, centrándose en las estrategias que adoptaron entre 2018 y 2022. El período analizado estuvo marcado por crisis en la administración presidencial y recortes en las políticas de protección a las mujeres. El artículo busca analizar si, durante dicho período, las líderes de los movimientos sociales feministas utilizaron los espacios de participación institucional como instrumentos para concretar sus demandas. La investigación cualitativa se basó en el análisis documental de entrevistas semiestructuradas, recopiladas de una extensa base de datos. Las entrevistas involucraron a cinco líderes de organizaciones feministas reconocidas a nivel nacional y se llevaron a cabo entre julio y septiembre de 2022. La teoría central de los movimientos sociales utilizada en el artículo es la teoría de redes, que define los movimientos sociales como redes de interacciones informales entre diversos individuos, grupos y/u organizaciones involucradas en conflictos políticos o culturales, con base en identidades colectivas compartidas. Los resultados destacaron que, apesar de las limitaciones estructurales en los espacios de participación, como la falta de poder deliberativo y los impactos causados por gobiernos conservadores, las líderes enfatizan la importancia de estos espacios para avanzar en sus demandas.

Palabras clave: Liderazgo feminista; Participación política; Estrategias de acción.

1 Introdução

Este artigo tem a finalidade de identificar se os principais movimentos sociais feministas conseguem utilizar os espaços de participação política como instrumentos de alcance das suas demandas. A pergunta de pesquisa utilizada para nortear este trabalho é: “Os espaços de participação política institucionais podem ser instrumentos de alcance de demandas?”. A pesquisa ressalta a educação popular feminista e a produção de conhecimento como ferramentas de resistência e conscientização mesmo em contextos autoritários.

Os movimentos analisados demonstraram resistência ao promover autonomia, dignidade e justiça social na defesa de suas demandas. Essas contribuições reforçam o papel transformador dos movimentos feministas na construção de uma sociedade mais inclusiva através da participação política.

A teoria de movimentos sociais utilizada no artigo é a apresentada por Mario Diani.¹ Nesta teoria os movimentos sociais são definidos como redes de interações informais entre indivíduos plurais, grupos e/ou organizações, envolvidos em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas. Além de identificar que os movimentos sociais utilizam de atividades amplamente orientadas para mudança que é alcançada na arena política.²

Definimos os espaços de participação política como a participação em partidos até a realização de protestos: “[...] formulam-se políticas públicas, participa-se de Conselhos Municipais, tenta-se controlar a aplicação de recursos públicos e interferir na elaboração de orçamentos, fazendo-se visível um novo tipo de ação coletiva - a ação cidadã”³.

Desse modo, identificando como espaços de participação política, todo espaço que comporte a intervenção e influência da sociedade civil, representada nesse caso pelos movimentos sociais. Espaços que considerem suas pautas e deliberações, seja de forma autônoma ou dentro organizações partidárias, composição de conselhos de gestão e conferências.

Os estudos atuais sobre a atuação das mulheres em espaços de participação política versam sobre avanços identificados por Rajeev Bansal⁴ na integração de gênero por meio da participação políticas sugerindo reformas para ampliar o engajamento político e a igualdade de gênero. María Auxiliadora González-Malabet⁵ demonstra que o envolvimento de mulheres em movimentos sociais e ONGs na Colômbia fortalece sua agência política. No Brasil, Wagner Romão e Carla Giani Martelli⁶ exploram o papel das conferências de políticas públicas municipais como espaços com potencial para reduzir desigualdades de gênero. Almeida⁷ investiga as transformações na participação política após o impeachment de 2016, como os Conselhos Nacionais de Saúde e Direitos da Mulher, têm resistido e se adaptado às mudanças no cenário político, destacando a interação entre Estado e sociedade civil.

¹ DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, Keele, n. 40, p. 1-25, 1992.

² *Ibidem*, p. 5.

³ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25.

⁴ BANSAL, Rajeev. *Integração de gênero por meio da participação política das mulheres*. [s.l.]: QTAnalytics Publication, 2024.

⁵ GONZÁLEZ-MALABET, María Auxiliadora. Participação Política das Mulheres através de Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais: O Caso do Compromiso Ciudadano em Medellín, Colômbia. *Social Politics*, n. 30, v. 1, 2023.

⁶ ROMÃO, Wagner; MARTELLI, Carla Giani. Gênero e participação em nível local: estudo sobre conferências municipais de políticas públicas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 76, p. 1-19, 2020.

⁷ ALMEIDA, Debora Rezende de. Resiliência institucional: para onde vai a participação nos conselhos nacionais de saúde e dos direitos da mulher?. *Caderno CRH*, v. 33, p. 1-24, 2020.

A teoria interseccional de Carla Akotirene⁸, contribui para compreender que a atuação e as estratégias dos movimentos feministas não podem ser analisadas apenas a partir de uma só dimensão, como a de gênero ou a de classe, isoladamente. Ela permite identificar que as demandas e práticas políticas das lideranças entrevistadas são atravessadas simultaneamente por marcadores como gênero, raça, classe e orientação sexual, o que influencia tanto a definição de prioridades do movimento quanto a forma de participação em espaços institucionais e não institucionais. Essa perspectiva possibilita captar as diferentes formas de opressões e desigualdades enfrentadas pelas mulheres, ampliando a capacidade de análise para explicar por que determinadas agendas ganham centralidade em certos contextos políticos e como alianças entre movimentos se constroem.

A hipótese utilizada no artigo é que os espaços de participação política, têm sido utilizados de forma estratégica pelos movimentos sociais feministas, visando atingir suas respectivas demandas. Essa hipótese se fundamenta no conceito Mario Diani⁹ em relação à utilizam dos espaços institucionais como arenas para articular demandas, legitimar causas e mobilizar recursos. Assim, esses espaços se tornam ferramentas essenciais para promover igualdade de gênero e atender suas demandas.

O artigo tem como objetivo: demonstrar se as lideranças dos movimentos sociais feministas utilizavam no período analisado, os espaços de participação institucionais como instrumentos para o alcance de suas demandas. O objetivo foi estruturado através da análise da participação, avanços, limitações e defesa das demandas pelos movimentos sociais nos espaços de participação institucionais e não institucionais.

O estudo aprofunda a compreensão das dinâmicas de atuação dos movimentos sociais feministas no Brasil, utilizando redes de interações informais e identidades coletivas compartilhadas¹⁰. Ao analisar estratégias de uso e abandono de espaços institucionais, evidencia que a atuação dos movimentos não se limita a um formato único, mas se adapta às conjunturas políticas, preservando coerência ideológica e identidade coletiva. A pesquisa contribui também para o debate iniciado por Gohn, Abbers, Silva e Tatagiba¹¹ sobre institucionalização e resistência, mostrando que a presença em arenas institucionais pode ser tanto um instrumento de transformação quanto corre um risco de esvaziamento, dependendo do contexto de atuação.

⁸ AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

⁹ DIANI, The concept of social movement, *cit.*

¹⁰ *Idem*.

¹¹ ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 105, p. 15–46, 2018.

Ao pontuar práticas de participação em conselhos, conferências, fóruns e protestos, o estudo oferece um panorama empírico que reforça a ideia de participação política como campo diverso, abrangendo espaços institucionais e não institucionais. A análise das entrevistas demonstra que a retirada estratégica desses espaços, em contextos de fechamento democrático, não significa desmobilização, mas redirecionamento de esforços para arenas mais coerentes com os princípios do movimento. Essa perspectiva complexifica o entendimento de participação política, articulando-a tanto como disputa interna ao Estado quanto como ação cidadã independente.

O estudo apresenta relevância prospectiva por oferecer um arcabouço analítico capaz de interpretar a atuação de movimentos sociais feministas em contextos políticos futuros, sejam eles de abertura ou de retração democrática. Ao mostrar como as redes de ação coletiva se reorganizam frente a mudanças no cenário político, fornece ferramentas conceituais úteis para analisar possíveis recomposições de estratégias e alianças. Além disso, a ênfase na educação popular feminista, na interseccionalidade e nas alianças com outros movimentos amplia sua aplicabilidade, permitindo que futuras investigações avaliem a inovação das formas de participação política frente a futuras configurações institucionais e sociais.

O trabalho é metodologicamente qualitativo, e sistematizou as percepções dos movimentos feministas a partir da análise documental de entrevistas semiestruturadas concedidas por suas lideranças. As entrevistas são frutos de um recorte do banco de entrevistas realizado por pesquisadores contemplados pela chamada universal do CNPq, intitulada "O que querem os movimentos feministas, antirracistas e a favor dos direitos para a população LGBTQIA+? Compreensões sobre as desigualdades sociais e como mitigá-las?".

O banco de entrevistas contou com a participação de 14 lideranças de movimentos sociais de maior expressão no Brasil, sendo elas integrantes de movimentos feministas, do movimento negro e de organizações em defesa dos direitos LGBTQIA+. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética e construído ao longo do ano de 2022. As entrevistas voltadas especificamente aos movimentos feministas ocorreram entre julho e setembro do referido ano, em formato online. Foram consideradas, para o artigo, lideranças de organizações com projeção nacional que, dentro do banco de entrevistas, representavam os movimentos sociais feministas.

As organizações foram: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), movimento internacional criado em 2000, presente em 20 estados brasileiros, organizada em núcleos e comitês locais, com atuação nacional e articulação internacional, com participação em Conferência Nacional de Educação, Conselho Estadual de Juventude e Conferência Nacional de Política para as Mulheres. A articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), fundada em 1995,

no contexto da IV Conferência Mundial da ONU sobre as mulheres, com alcance nacional, reunindo movimentos feministas de todo o país, tiveram suas representantes distribuídas em diferentes Conselhos Nacionais.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), conta com mais de 37 anos de trajetória, iniciadas em 1988, atua em diversas regiões do Brasil, especialmente nas áreas rurais, agregando agricultoras, ribeirinhas, indígenas e outras comunidades do campo, protagonizaram lutas por direitos da segurança social e aposentadoria rural, participação em pautas constituintes, presença no Conselho da Mulher, Conselho de Saúde e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O SOS Corpo, criado em 1981, com sede em Recife (PE) e alcance nacional, atua na perspectiva da justiça socioambiental e do feminismo como força transformadora, tendo participado no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A União Brasileira de Mulheres (UBM), fundada em 1988, presente em 25 estados, com alcance nacional, mobilizando milhares de filiadas contra todas as formas de opressão e discriminação, além da, participação no Conselho da Mulher (estadual e federal) e na criação de Centros Populares para Mulheres.

O panorama geral do banco de dados utilizado foi As participantes ocuparam cadeiras em conselhos e fóruns de participação política, como, por exemplo, os voltados à Saúde, à Mulher, à Segurança Alimentar e Nutricional, à Juventude e à Conferência Nacional de Educação. Além disso, atuaram como protagonistas em protestos, destacando-se manifestações como o Oito de Março, a luta contra a Aracruz Celulose, a Marcha das Margaridas e o movimento Ele Não.

Considerando o perfil das lideranças selecionadas, houve variação racial, com três entrevistadas que se identificavam como mulheres brancas e duas como mulheres negras. Todas eram mulheres cisgênero. Também houve diversidade de orientação sexual, incluindo mulheres heterossexuais e uma bissexual. Observou-se ainda contraste geracional, com idades variando entre 24 e 54 anos.

Por fim, as entrevistadas eram oriundas de diferentes regiões do Nordeste brasileiro. A representante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Já as integrantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) têm como base a cidade de Natal, também no Rio Grande do Norte. A participante vinculada ao SOS Corpo traz sua perspectiva a partir de Recife, em Pernambuco, enquanto a representante da União Brasileira de Mulheres (UBM) contribui desde Teresina, no Piauí.

O banco de dados foi organizado por blocos temáticos que abordaram: o Perfil pessoal – considerava a cidade, a identificação étnico-racial e a orientação sexual das entrevistadas; Trajetória pessoal/política – abordava o processo de entrada na organização, questões relacionadas à identificação religiosa, caso houvesse; Organização/interseccionalidade – analisava os fundamentos e ações da organização representada, suas atuações na internet e os principais grupos parceiros.

O bloco Feminismo/antirracismo/luta pelos direitos LGBTQIAPN+ – coletava informações sobre o entendimento da organização a respeito do movimento que representava e os impactos da militância na vida das integrantes; Desigualdades/papel do Estado – trazia a perspectiva das lideranças sobre as desigualdades, o que identificavam como responsabilidade do Estado e suas percepções sobre o próprio movimento; Política – reunia avaliações sobre os tipos de participação, sejam em arenas institucionais ou não, além do olhar das representantes em relação ao conceito de política.

Diante disso, os blocos e perguntas escolhidos para análise no artigo foram:

- Perfil pessoal – contribuiu para a visualização dos marcadores sociais que atravessavam as representantes entrevistadas.
- Organização/interseccionalidade – utilizamos os relatos guiados pelas perguntas: “Conte um pouco sobre o trabalho da sua organização, como ela é organizada e que ações sua organização tem feito” e “Quais são os principais movimentos ou grupos parceiros da sua organização?”.
- Feminismo – adotamos como referência as perguntas: “Para você, o que é o feminismo?” e “Na sua opinião, quais são os principais opositores e apoiadores dos movimentos sociais progressistas no Brasil hoje?”.
- Desigualdades/papel do Estado – a pergunta norteadora foi: “Qual deve ser, na sua opinião, o papel do Estado na melhoria das condições de vida desses grupos: mulheres, negros e LGBTQIAPN+?”.
- Política – analisado a partir dos relatos obtidos com as perguntas: “O que é política para você e qual sua importância?”, “Você ou sua organização participa de espaços de controle social, como conselhos e/ou conferências?” e “Você considera importante que o movimento se relacione com partidos políticos, executivo e legislativo?”.

As categorias de análise utilizadas no artigo, definidas a partir dos blocos e perguntas selecionados, são: a atuação dos movimentos sociais em diferentes formas de participação política; os avanços e limitações dessa participação no período analisado; e as estratégias empregadas pelos movimentos na defesa de suas demandas em espaços institucionais e não

institucionais de participação. A análise dessas categorias, com bases nas teorias centrais de Diani¹², possibilitou observar a dinâmica de participação dos movimentos em arenas de participação institucionais e não institucionais.

O estudo aprofunda a compreensão das dinâmicas de atuação dos movimentos sociais feministas no Brasil, utilizando redes de interações informais e identidades coletivas compartilhadas. Ao analisar estratégias de uso e abandono de espaços institucionais, evidencia que a atuação dos movimentos não se limita a um formato único, mas se adapta às conjunturas políticas, preservando coerência ideológica e identidade coletiva. A pesquisa contribui também para o debate sobre institucionalização e resistência, mostrando que a presença em arenas institucionais pode ter diferentes tipos de atuação, dependendo do contexto vivenciado.

Ao pontuar práticas de participação em conselhos, conferências, fóruns e protestos, o estudo oferece um panorama empírico que reforça a ideia de participação política como campo diverso, abrangendo espaços institucionais e não institucionais. A análise das entrevistas demonstra que a retirada estratégica desses espaços, em contextos de fechamento democrático, não significa desmobilização, mas redirecionamento de esforços para arenas mais coerentes com os princípios do movimento.

O estudo apresenta relevância prospectiva por oferecer um arcabouço analítico capaz de interpretar a atuação de movimentos sociais feministas em contextos políticos futuros, sejam eles de abertura ou de retração democrática. Ao mostrar como as redes de ação coletiva se reorganizam frente a mudanças no cenário político, fornece ferramentas conceituais úteis para analisar possíveis recomposições de estratégias e alianças. Além disso, a ênfase na educação popular feminista, na interseccionalidade e nas alianças com outros movimentos amplia sua aplicabilidade, permitindo que futuras investigações avaliem a inovação das formas de participação política frente a futuras configurações institucionais e sociais.

2 Movimentos Sociais no Brasil.

Os movimentos sociais no Brasil foram forjados por fundamentos de lutas contra coloniais iniciadas ainda no século XVIII, a exemplo da inconfidência mineira, conjuração do Rio de Janeiro, revoltas populares de negros e a conspiração dos alfaiates¹³. Esse resgate demonstra o contexto de como esses movimentos sociais brasileiros se desenvolveram

¹² DIANI, The concept of social movement, *cit.*

¹³ GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003, p. 240.

historicamente¹⁴, pontuando como temas centrais de debates e propulsores de movimentação partiam das tensões entre espaços rurais e urbanos, integrados aos interesses em torno do fim da escravização, disputas socioeconômicas, e cobranças abusivas de fisco.

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais urbanos ganharam destaque ao lutar por melhores condições de vida nas cidades, como moradia, transporte e saúde. As categorias de cidadania e participação política tornaram-se centrais, marcando a atuação dos movimentos na ocupação de espaços públicos e na reivindicação de direitos sociais básicos¹⁵. Já na década de 1990, ainda segundo Gohn¹⁶, o campo das lutas sociais passou a ser influenciado pela emergência de ONGs e outros novos atores sociais, o que transformou os formatos, objetivos e estratégias de mobilização desses movimentos.

Gohn¹⁷, pontou que a produção teórica e os próprios movimentos sociais no Brasil passaram por mudanças marcada pela institucionalização das práticas sociais, enfraquecimento da mobilização popular e reconfiguração das formas de ação coletiva. Além de alertar para os riscos da substituição de práticas autônomas por estratégias adaptadas à lógica do mercado e às demandas do Estado.

Após 10 anos, Gohn¹⁸ refaz suas análises sobre os movimentos sociais brasileiros na tentativa de mapear os estudos realizados no período, discutindo as teorias de ação social, abordando como diferentes correntes metodológicas analisam as ações coletivas, para concentrar-se posteriormente na teoria dos movimentos sociais. Ela também, destaca quatro fundamentos para compreender os movimentos sociais em contextos como o brasileiro: a necessidade de qualificar o tipo de ação caracterizada como movimento social; as relações entre os diferentes sujeitos sociopolíticos no cenário público; as transformações no papel do Estado em suas relações com a sociedade civil; e, por fim, as lacunas ainda existentes na produção acadêmica sobre os movimentos sociais

A ação coletiva é uma forma de organização social que expressa demandas e conflitos, podendo assumir diferentes configurações, como movimentos sociais, campanhas ou redes de mobilização¹⁹. Os movimentos sociais, por sua vez, constituem expressões coletivas que

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teoria Dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 384.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 168

¹⁹ GOHN, Maria da Glória Marcondes. Abordagens Teóricas No Estudo Dos Movimentos Sociais Na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21 n. 54, p. 439-455, 2008.

articulam sujeitos e demandas sociopolíticas, baseando-se em identidades, redes de apoio e estratégias públicas de reivindicação.

Enquanto, ainda segundo Gohn²⁰, as redes de mobilização sociais se caracterizam por estruturas flexíveis, articulações variadas e de composição diversa, operando por meio de fóruns, conselhos e coletivos, marcadas pela, descentralização e transversalidade. Desse modo, Gohn²¹ identifica que as novas formas de mobilização também incorporam a multiculturalidade e a diversidade, contemplando dimensões culturais, identitárias e de pertencimento, e ampliando o campo dos conflitos para além das questões econômicas e da estrutura de classes.

Os estudos de Abers, Silva e Tatagiba²², sobre movimentos sociais brasileiros, apresentaram a perspectiva de sua influência na formulação e implementação de políticas públicas. As autoras refletem sobre a relação entre institucionalização e resistência, argumentando que a atuação dos movimentos deve ser entendida em função de suas estratégias e da configuração do campo e contexto político em que estão inseridos.

Abers, Silva e Tatagiba²³, destacam que as oportunidades políticas são compreendidas como estruturas dinâmicas que, embora não determinem automaticamente a ação dos movimentos, são por eles percebidas, interpretadas e utilizadas de forma estratégica. Além disso, as autoras pontuam os atores coletivos, como os movimentos sociais, são historicamente construídos por meio de práticas, alianças, disputas internas e processos de ressignificação política.

Desse modo, Abers, Silva e Tatagiba²⁴, pontuam que a institucionalização, por sua vez, não deve ser confundida com cooptação, pois diz respeito à inserção dos movimentos em espaços decisórios do Estado, o que pode gerar tanto riscos quanto avanços democráticos. Eles analisam que a interação entre Estado e sociedade civil constitui um campo relacional e conflitivo, no qual diferentes lógicas de ação coexistem, disputam espaços e, por vezes, se sobrepõem.

Wagner Romão et al.²⁵, argumenta que a participação por meio de conselhos se dá de três formas diferentes. A primeira é a de um conselho consolidado, atuando nos três níveis federais, integrado aos sistemas políticos e inserido no funcionamento de seus próprios setores,

²⁰ *Idem.*

²¹ *Idem.*

²² ABERS; SILVA; TATAGIBA, *Movimentos sociais e políticas públicas*, *cit.*

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

²⁵ ROMÃO, Wagner Melo; LAVALLE, Adrián Gurza; ZAREMBERG, Gisela. Intermediação política e políticas públicas no Brasil: Conselhos e Conferências nas esferas políticas de Saúde e Direitos das Mulheres. In: ZAREMBERG, Gisela; GUARNEROS-MEZA, Valéria; GURZA-LAVALLE, Ádrian (orgs.). *Intermediação e representação na América Latina*. Estudos das Américas. Cham: Palgrave Macmillan, 2017, p. 31-49.

e financiamento federal. A segunda é a de um conselho moderadamente consolidado, voltado principalmente para a atuação em suas áreas específicas, sem necessariamente dispor de uma estrutura institucional definida e financiamento irregular, sem previsão orçamentária; ambos exercem funções regulatórias, de proposição de políticas e de proteção de seus interesses. Já a terceira forma corresponde a um conjunto de conselhos voltados para o âmbito municipal, que não recorrem a financiamentos federais, são amparadas por investimentos locais, as direcionando a públicos e atores específicos.²⁶.

Nas Conferências, a área de atuação é menor; contudo, possuem uma prospecção mais inclusiva dos atores de participação e, desde a redemocratização, funcionam como mecanismos de mobilização política²⁷. Geralmente, são organizadas pelo governo federal e, em um modelo de pirâmide, mobilizam-se nos níveis municipal e estadual, culminando, por meio da votação e eleição de delegados, no nível federal. Tanto os Conselhos quanto as Conferências atuam como instrumentos de promoção de acordos políticos capazes de articular interesses do governo federal, de funcionários públicos e da sociedade civil, visando mobilizar o público, formular propostas consensuais e incluir essas propostas na agenda pública.

Romão et al.²⁸, pontua, em suas conclusões, que, enquanto o Conselho de Saúde, extremamente institucionalizado, sofre restrições mesmo sendo altamente reconhecido, órgãos como o Conselho da Mulher são menos institucionalizados, pois possuem menor espaço de influência nas decisões. Estes últimos são utilizados por seus atores principalmente como espaços de discussão política e definição de diretrizes.

Tatagiba e Biroli²⁹, questionam idealização das normas democráticas brasileira e evidenciando a histórica seleção do Estado brasileiro, marcado por exclusão e violência, sobretudo contra mulheres negras, indígenas e trans. A crítica feminista proposta pelas autoras, destaca que gênero, raça e classe estruturam de forma interdependente o acesso à cidadania e a efetividade dos direitos.

Desse modo, observa-se que mesmo quando há ampliação das oportunidades de participação, elas ocorrem sob relações de poder assimétricas que limitam projetos igualitários³⁰. Além disso, as autoras destacam que a democracia capaz de enfrentar contextos de crise deve partir do protagonismo de grupos historicamente violentados, rejeitando

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem.*

²⁹ TATAGIBA, Luciana; BIROLI, Flávia. Críticas feministas à democracia no Brasil: análises da crise e dos limites da normalidade. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 113, p. 1-24, 2025.

³⁰ *Ibidem*, p. 113.

diagnósticos que desqualificam lutas como “identitárias”. A democracia, sob essa perspectiva, só poderá se fortalecer com a centralidade das vozes que denunciam e vivenciam suas falhas estruturais³¹.

Diante do percurso histórico e teórico apresentado, observa-se que os movimentos sociais brasileiros são frutos de longas trajetórias de resistência, com raízes nas lutas contra coloniais e forte incidência nas disputas por justiça social ao longo dos séculos. Compreende-se, ao relacionar os estudos, que os movimentos sociais devem ser analisados como expressões historicamente construídas, que articulam múltiplas estratégias e lógicas de ação em contextos dinâmicos, nos quais as relações com o Estado, a sociedade civil e os processos de institucionalização representam tanto desafios quanto possibilidades para a democratização e a ampliação de direitos.

2.1 Feminismo Negro Brasileiro.

Os movimentos feministas analisados neste artigo fundamentam-se nos estudos de Sueli Carneiro³² e Lélia Gonzalez³³, cujas contribuições são essenciais para o fortalecimento de uma abordagem não hegemônica no campo feminista brasileiro. A perspectiva teórica dessas autoras possibilita tensionar o posicionamento do feminismo, ao mesmo tempo em que promovem uma compreensão crítica das múltiplas opressões que atravessam a vida das mulheres brasileiras, especialmente das mulheres negras, historicamente situadas na base das estruturas de desigualdade.

Sueli Carneiro³⁴ refletiu que o dispositivo de racialidade, tem como objetivo estratégico a construção social e cultural de uma inferiorização racial, que se sustentada através de discursos em que se reafirma a supremacia branca e a inferioridade do negro, foi criado para controlar corpo e reprodução, enquanto o dispositivo de racialidade funciona como controlador da subjetividade negra, delimitando o ser negro como um não-ser, um corpo marcado pela negatividade³⁵. Em suma, o dispositivo é formalizado ao ser naturalizado pelas instituições, reafirmando assim a inferiorização racial.

A educação nos estudos de Sueli Carneiro³⁶, representa um campo estratégico de tensão, que a partir de si pode funcionar como perpetuador ou fator de resistência ao dispositivo

³¹ *Idem*.

³² CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

³³ GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

³⁴ CARNEIRO, *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, cit.

³⁵ *Ibidem*, p. 40.

³⁶ *Ibidem*.

de racialidade, se tornando essencial para enraizar as discriminações por ele provocado, ou mesmo enfraquecê-las, auxiliando na desconstrução de estereótipos.

Lélia Gonzalez³⁷, trouxe contribuições acerca de como mulheres negras e indígenas da América Latina articulavam questões de gênero, raça e classe. Em suas análises, a autora introduz o conceito de 'amefrikanidade', uma categoria política e cultural que visava uma mudança de perspectiva e destacava a resistência e a contribuição das mulheres racializadas no continente.

Ela critica o mito da democracia racial no Brasil e argumenta que a integração das mulheres negras no mercado de trabalho ocorre de forma subordinada, resultante de um processo histórico de exploração e exclusão social. Segundo Gonzalez, a opressão das mulheres negras é marcada por um tríplice subordinação: racial, de classe e de gênero³⁸. Em suma, Lélia remonta à lógica da interseccionalidade como um marcador que influencia as relações não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

As contribuições teóricas de Lélia Gonzalez³⁹ e Sueli Carneiro⁴⁰, são fundamentais para a análise dos resultados, na medida em que oferecem ferramentas conceituais para a interpretação crítica dos relatos das entrevistadas. Suas reflexões dialogam diretamente com os princípios que orientam as lutas das organizações feministas participantes, evidenciando uma convergência entre teoria e prática política na construção de estratégias de enfrentamento às múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres, em especial as negras.

2.2 A perspectiva Interseccional dos movimentos feministas.

Carla Akotirene⁴¹ conceitua a interseccionalidade como uma ferramenta teórica e política indispensável para compreender as múltiplas opressões que atingem, sobretudo, mulheres negras em contextos de desigualdade estrutural. Akotirene⁴², pontua que diferentes sistemas de opressão, como, racismo, sexism, classismo, operam de maneira simultânea, sendo não somente um demarcador de marcadores sociais, mas a aplicação de uma lógica estrutural de exclusão.

Akotirene⁴³, destaca a necessidade de apropriação dos fundamentos da interseccionalidade por diferentes eixos de movimentos sociais, ao citar, “O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por LGBTs, pessoas deficientes,

³⁷ GONZALEZ, *Por um feminismo afro-latino-americano*, cit.

³⁸ *Ibidem*, p. 47.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ CARNEIRO, *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, cit.

⁴¹ AKOTIRENE, *Interseccionalidade*, cit., p. 113.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Idem*.

indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras.”⁴⁴ A citação se refere à integração da utilização do pensamento interseccional como produtor do conhecimento e discurso a partir da experiência vivida por diferentes movimentos, especialmente os representados por pessoas historicamente silenciadas. A reflexão proposta pela autora é que o uso vulgarizado da interseccionalidade, esvazia as discussões, além de, distanciar a responsabilidade epistêmica em torno do tema.

Segundo Carla Akotirene⁴⁵, o “maior recurso colonial da eurocivilização” consiste em priorizar o corpo, ignorar ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema “negro”, das “lésbicas,” de “gênero,” dos “latino-americanos.”⁴⁶ Essa passagem destaca que, quando apropriado sem compromisso com sua raiz política, o conceito perde seu potencial transformador.

Carla Akotirene⁴⁷ argumenta que a interseccionalidade deve ser compreendida como uma estratégia crítica de desmantelamento das hierarquias de poder que sustentam o racismo estrutural, o patriarcado e o capitalismo, ao afirmar: “A interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas.”⁴⁸ Ou seja, ao compreender o fundamento da interseccionalidade, é possível reconhecer seu uso como instrumento estratégico de enfrentamento e resistência às estruturas sociais que perpetuam as desigualdades.

3 Resultados

Iniciamos a análise explorando como os movimentos sociais têm atuado em diferentes formas de participação política. Nesse sentido, examinou-se o significado de política e participação, tanto em espaços institucionais quanto não institucionais, no contexto dos movimentos feministas estudados. Essa análise possibilitou identificar os fundamentos inegociáveis dessa participação. Além disso, a categoria investigada abrange os princípios organizativos das lideranças e, consequentemente, das organizações que representam.

A fala da entrevistada da AMB ao citar que “[...] fazer política é estar em todos os lugares, é a forma como você se coloca no mundo, [...] é como você problematiza as relações afetivas. Tudo isso é político. [...] não tem como você se autodeclarar uma mulher trans e achar que isso não é político [...]”, se complementa à fala da entrevistada da MMC ao destacar que

⁴⁴ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 56.

“[...] O partido devia ser aquele lugar que está o movimento feminista, o movimento antirracista, luta ambiental, luta dos trabalhadores sindicalizados por direito, a luta LGBT [...]. Onde essas diversas lutas que estão numa classe como um todo, se juntariam”.

As entrevistas do MMC e AMB, destacam em suas falas a importância do entendimento que o pessoal é político e a união entre diferentes lutas sociais, sejam elas, feminista, antirracista, LGBT, sindical, ambiental, como forma de articulação política mais ampla. Essa perspectiva materializa o conceito de redes entre indivíduos, grupos e organizações com base em identidades coletivas compartilhadas, tal como apontado por Mario Diani⁴⁹. Quando a entrevistada do MMC menciona que "essas diversas lutas [...] conformam um projeto de país que tem emancipação, que tenha vida, dignidade pro povo", ela expressa que movimentos sociais são formados por espaços de articulação plural orientados para a transformação social⁵⁰.

Maria da Glória Gohn⁵¹, também contribui para essa análise ao apontar que os movimentos sociais se constroem em redes flexíveis, marcadas pela descentralização e pelo reconhecimento da diversidade cultural e identitária. A referência feita pela entrevistada da AMB ao citar que “[...] a gente tem na nossa carta de princípio, um pouco dessa orientação, essa autodeterminação e auto-organização dos estados possibilita que as mulheres façam escolhas políticas, de estarem na [...] de fazer militância nos partidos.”, esse posicionamento reforça esse entendimento ao potencializar a valorização da autodeterminação, auto-organização e pluralidade das formas de militância.

As falas da entrevistada do MMM, descreve experiências concretas de atuação em espaços institucionais, como conselhos, conferências e instâncias de controle social, ao relatar que “[...] A participação dos movimentos, por exemplo, quando a gente ainda tinha, nos processos de Conferência, as Conferências de mulheres, Conferência de saúde, Conferência de direitos humanos. Eram processos muito importantes, de escuta, de participação, de uma gestão participativa”, ela relata nesse trecho uma presença estratégica dos movimentos sociais nesses espaços, para a formulação de políticas públicas, ao complementar dizendo que, “[...] tudo o que a gente tem construído do estatuto da criança, estatuto da igualdade racial, [...] foi com contribuição muito forte dos movimentos sociais”, sinalizando de forma prática as interferências geradas pelos movimentos sociais.

⁴⁹ DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 3, 2010, p. 18.

⁵⁰ DIANI, The concept of social movement, *cit.*

⁵¹ GOHN, Abordagens Teóricas No Estudo Dos Movimentos Sociais Na América Latina, *cit.*

Essa atuação se relaciona diretamente com os estudos de Diani⁵², ao utilizar a arena política como canal de mediação e transformação social, bem como com a análise de Abers et al.⁵³, ao discorrer sobre a institucionalização dos movimentos não como cooptação, mas como estratégia deliberada para disputar sentidos e incidir sobre políticas públicas. Isso é visível na afirmação da entrevistada do MMM de que “os movimentos contribuíram muito nos anos dos governos anteriores [...] foi com contribuição muito forte dos movimentos sociais nesse casamento com a política pública”. Além disso, a entrevistada potencializa seu posicionamento em relação ao contexto político analisado, ao pontuar que as contribuições valorosas dos movimentos sociais foram palpáveis nos governos anteriores.

Diante disso, a entrevistada do MMM, reconhece a importância das conferências e conselhos como espaços de escuta e construção de políticas públicas, dando como exemplo o Estatuto da Criança e o da Igualdade Racial, alinhando-se à função propositiva e de mobilização apontada nos estudos de Romão et al⁵⁴. Os dados demonstram que as vias institucionais são identificadas como indispensáveis, mas carecem alterações estruturais que ampliam seu teor representativo.

A entrevistada da UBM, relata uma das funções dos movimentos sociais dentro dos espaços institucionais, quando cita “[...] os movimentos sociais têm essa função [...], de manter-se pressionando, de ocupar os espaços institucionais, os conselhos, do espaço de controle social, de mobilizar Defensoria, de mobilizar Ministério público, que são agentes institucionais”. Essa passagem dialoga com a função regulatória e de pressão social dos conselhos ao enfatizar a necessidade de ocupá-los e utilizá-los como instrumentos de controle social e articulação com órgãos institucionais⁵⁵ ao enfatizar a necessidade de ocupá-los e utilizá-los como instrumentos de controle social e articulação com órgãos institucionais, um posicionamento que evidencia, para além da proposição de políticas e demandas, à vigília para que agendas já conquistadas sejam cumpridas.

Gohn⁵⁶ já apontava para a reconfiguração das formas de atuação dos movimentos sociais nos anos 1990, quando passaram a incorporar a dimensão institucional como campo legítimo de ação. Essa transição, mencionada também na teoria como um risco de esvaziamento político, é abordada criticamente pela entrevistada do SOS corpo ao citar que “[...] as diferentes

⁵² DIANI, The concept of social movement, *cit.*

⁵³ ABERS; SILVA; TATAGIBA, Movimentos sociais e políticas públicas, *cit.*

⁵⁴ ROMÃO; LAVALLE; ZAREMBERG, Intermediação política e políticas públicas no Brasil, *cit.*

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Loyola, 2008, p. 168.

esferas da participação não se articulam de forma sistêmica [...] na conferência LGBT você pode aprovar uma coisa e a mesma coisa ser votada [e] aprovada contrário na conferência de saúde. [...] e não existe uma instância para dirimir isso, ou seja, não é um sistema articulado.”, nesse trecho a entrevistada aponta a fragmentação dos sistemas participativos e sua pouca articulação, revelando os limites estruturais da participação institucional, além de reforçar a falta de articulação sistêmica entre conferências⁵⁷ de diferentes áreas, evidenciando a ausência de uma instância capaz de harmonizar decisões.

Os dados analisados demonstram também que a participação política e partidária no Brasil é um processo dinâmico e complexo, que exige a articulação entre movimentos sociais, partidos e instituições⁵⁸. Essa articulação reforça a importância de uma abordagem colaborativa entre movimentos na construção de um projeto político inclusivo.

Passamos, neste momento, à apresentação de dados que evidenciam as limitações da participação em espaços institucionais, e destacam o estreitamento dessas possibilidades a partir do golpe de 2016. Essa ruptura não se restringiu a alterar a correlação de forças no cenário político, mas implicou também em uma reconfiguração dos fundamentos que orientam a atuação dos movimentos feministas. Nesse contexto, foi necessário uma série de reformulações estratégicas e de reposicionamento das lideranças, tanto para resistir ao avanço de pautas conservadoras quanto para disputar, de forma crítica, os espaços da participação política, institucionais ou não.

A entrevistada do MMC relata que “A gente participava antes do golpe [...]. As mulheres na base sempre participavam muito do de saúde, do próprio conselho da mulher [...]”, sinalizando o início do processo de afastamento a partir do marcador político de 2016. Esse posicionamento é corroborado com o relato da entrevistada da AMB, que destaca: “[...] nacionalmente, fazia parte, inclusive, de conselhos nacionais, tinha representações políticas em diferentes conselhos. Com o golpe de dois mil e dezesseis, a gente tomou uma decisão de sair de todos esses espaços [...]”. Além disso, a entrevistada da AMB pontua a permanência do distanciamento agravado pelo contexto político analisado pelo artigo e diz “[...] esse foi um posicionamento nacional, enquanto AMB, e aqui em Natal a gente segue sem estar nesses espaços por enquanto [...]”.

O agravamento desse distanciamento é exemplificado pela entrevistada do SOS corpo, ao citar que “[...] no caso do governo Bolsonaro, [participar] dos conselhos federais, não faria

⁵⁷ ROMÃO; LAVALLE; ZAREMBERG, Intermediação política e políticas públicas no Brasil, *cit.*

⁵⁸ SANTOS, Boaventura Sousa. O Fórum Social Mundial: manual de uso. *O Fórum Social Mundial*, Madison, 2004.

sentido, porque a gente não quer ser participante de um governo fascista que a gente considera, então, não faria sentido mesmo se a gente não tivesse todas as outras críticas [...]”, destacando a consolidação do afastamento das arenas de participação institucionais.

A decisão de deixar de participar de conselhos e espaços institucionais relatada por lideranças do MMC, AMB e SOS Corpo pode ser compreendida, à luz da teoria de Mario Diani⁵⁹, como uma reconfiguração estratégica da rede de ação coletiva. Os movimentos sociais operando como redes informais de interação entre diferentes atores, que atuam em função de identidades coletivas e conflitos políticos. Essas redes, embora possam atuar na arena institucional, não dependem exclusivamente dela elas podem se expandir, retrair ou se redirecionar conforme o contexto político.

Assim, a retirada de conselhos, no contexto do pós-impeachment e da ascensão de governos com valores opostos aos defendidos pelos movimentos feministas, não representa a desmobilização, mas sim um reposicionamento dentro da rede, que preserva sua identidade coletiva e sua coerência política. A fala da AMB, por exemplo, “não fazia sentido dialogar nesses espaços com golpistas, com fascistas”, ilustra a decisão de manter a coesão do grupo em torno de seus princípios políticos, mesmo ao custo do afastamento institucional.

Em síntese, o uso do espaço institucional pelos movimentos deve ser entendido como um processo relacional e estratégico, que visa formular suas demandas como uma política pública⁶⁰, em um período que o contexto político causa retração desses movimentos, o abandono desses espaços pode representar um retorno à resistência externa.

Os dados analisados nesta categoria evidenciam as estratégias empregadas pelos movimentos sociais feministas para resistir diversos espaços de participação política. Entre elas, a adoção da interseccionalidade como ferramenta estratégica de resistência e de mobilização popular. As articulações que, nas categorias anteriores, apareciam de forma tímida, sobretudo no que se refere à convergência de reivindicações e à necessidade de cooperação entre diferentes movimentos, ganham, nesta etapa, maior densidade e centralidade, revelando um avanço significativo na consolidação de alianças políticas.

A entrevistada da MMC relata que “[...] as mulheres já vão apontar ali, e dizer assim: ‘está tudo bem, tem muitas questões de classe, mas as questões de classe são recortadas por gênero [...] e ao longo do tempo é que a gente vai também começando a enfrentar tanto o debate racial como LGBT [...]’” Essa fala expressa o princípio da interseccionalidade, como uma ferramenta crítica de análise e um método de entender como gênero, raça e classe se

⁵⁹ DIANI, The concept of social movement, *cit.*

⁶⁰ ABERS; SILVA; TATAGIBA, Movimentos sociais e políticas públicas, *cit.*

entrecruzam na organização social⁶¹. Outra perspectiva encontrada na fala é a interação entre lutas como projeto comum de emancipação, contrapondo a fragmentação imposta pelo neoliberalismo, ideia alinhada à defesa de Tatagiba e Biroli contra a hierarquização das lutas⁶². Nessa passagem a entrevistada relata de que maneira a organização a qual representa foi refinando e reconhecendo especificidades dentro do seu próprio movimento.

A entrevistada do MMM cita que “[...] o próprio ENEGRECER também é um movimento que contribui [...] a Juventude, que se organiza no ENEGRECER [...] a própria Marcha se desafiou também a isso de atualizar essa perspectiva, inserir, ouvir essas mulheres negras [...]” Essa fala ecoa fortemente os aportes teóricos de Lélia Gonzalez⁶³, especialmente sua crítica ao epistemicídio que historicamente marginalizou os saberes das mulheres negras. Quando a entrevistada afirma que a Marcha se desafiou a “ouvir essas mulheres negras”, ela expõe uma fragilidade do movimento que buscou o fortalecimento das bases ao colocar as vivências de mulheres negras em centralidade.

Já a entrevistada do SOS corpo pontua que “[...] a gente atua com todos: com a Rede Feminista Antiproibicionista, com a Marcha Mundial de Mulheres, com coletivos de jovens [...] com mulheres da CUT [...]”. Essa construção de alianças diversas, incluindo feminismos antiproibicionistas e movimentos juvenis, representa um modelo de articulação política interseccional, também alinhado ao pensamento de Akotirene⁶⁴, ao reconhecer que diferentes sistemas de opressão requerem respostas organizadas coletivamente. É uma materialização de resistência ao que ela cita como intersecções coloniais dinamizadas por fluxos identitários. Ou, seja a articulação desses movimentos contribuindo para a expansão de alcance e reivindicação das suas demandas individuais e conjuntas.

Os relatos da entrevistada da AMB dão continuidade ao exposto pela entrevistada do MMC ao sinalizar que, “[...] são parcerias que são meio que movidas pelas pautas de lutas em comum do feminismo [...] no vinte e oito de setembro, que é o dia contra a criminalização e pela legalização do aborto [...] durante novembro, no Julho das Pretas.”. Ao destacar o vinte e oito de Setembro e o Julho das Pretas, construção política enraizada na autonomia epistemológica das mulheres negras, revela como as agendas do movimento feminista estão sendo cada vez mais orientadas por marcos racializados e populares, e não apenas por datas institucionais tradicionais. Essas pontuações demonstram a utilização central da experiência

⁶¹ AKOTIRENE, *Interseccionalidade*, *cit.*

⁶² TATAGIBA; BIROLI, Críticas feministas à democracia no Brasil, *cit.*

⁶³ GONZALEZ, *Por um feminismo afro-latino-americano*, *cit.*

⁶⁴ AKOTIRENE, *Interseccionalidade*, *cit.*

negra na formulação de estratégias de luta que desafiem o patriarcado e o racismo de forma integrada.

A entrevistada da UBM traz a perspectiva de manutenção das reivindicações na rua como peça-chave da luta por direito, ao destacar que “[...] nada, nada em nenhuma vez, em nenhum governo é feito para amenizar essas questões se não for através de muita pressão popular, ou manifestada nas ruas [...]” A entrevistada evidencia o posicionamento de colocar as manifestações como forma matriz de reivindicação e complementa, “[...] é mais difícil você, por exemplo, conseguir confrontar e colocar uma bancada de gays, de lésbicas, transexuais, de professoras, de negros e indígenas, de mulheres do povo [...]” Evidenciando a dificuldade de buscar meios representativos para atuação nas arenas institucionais, reforçando a necessidade de mobilização nas ruas.

Ela complementa seu relato destacando a posição dos movimentos sociais feministas na formulação de bases, ao citar que “[...] a União da Juventude Socialista, da qual a gente é meio que tutora quando o assunto é gênero [...] a UBM compõe a Coordenação Nacional da Marcha das Margaridas [...]”. A posição de tutoria no debate de gênero e a participação na Marcha das Margaridas expressam um modelo de atuação baseado na transmissão de saberes militantes e no fortalecimento de redes intergeracionais. A Marcha das Margaridas, ao congregar mulheres do campo, da floresta e das águas, encarna um feminismo não é só urbano, mas plural, conectado aos modos de vida e luta de diferentes mulheres.

Outra estratégia de atuação dos movimentos feministas, é o fortalecimento de suas bases. A entrevistada da AMB, pontua a educação popular feminista, como forma de fortalecer o movimento social de dentro para fora, quando diz: “A educação popular, feminista, ela tem cumprido um papel importantíssimo para desconstruir essas estruturas de pensamento que a gente tem ainda tão conservador no Brasil [...] fazer a luta antirracista, de fazer a luta anticapitalista, [...] lutar pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ [...]” Os utilizando como base para mesclar demandas, e ampliar o teor interseccional das lutas, visando o fortalecimento do próprio pensamento feminista e antirracista do movimento

A ideia de orientar as bases e outros movimentos em temas de gênero pode ser relacionada com o que Carla Akotirene⁶⁵ entende como a necessidade de fazer com que a interseccionalidade seja assumida como prática política pedagógica, orientando, formando, tensionando e atualizando os espaços de militância a partir da escuta ativa das experiências das mulheres negras, não as limitando a participação em espaços institucionais.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 64.

As entrevistas sinalizam que as lideranças feministas estão construindo formas de organização política que dialogam diretamente com a interseccionalidade, além de ser um conceito, torna-se método organizativo, crítica institucional e proposta de mundo. Os coletivos não apenas se conectam, mas ressignificam suas práticas, buscando formas de articulação que incluem o território, o corpo, o saber, a memória e o futuro das mulheres negras, trabalhadoras e LGBTs, sejam em espaços institucionais ou não.

4 Conclusões

Este estudo teve como objetivo analisar se, no período analisado, as lideranças dos movimentos sociais feministas utilizavam os espaços de participação institucionais como instrumentos para o alcance de suas demandas. Foram encontradas evidências que os movimentos feministas no Brasil demonstraram uma capacidade de articulação estratégica, mesmo em uma realidade de afastamento das arenas institucionais.

Com base na análise desenvolvida, é possível afirmar que os movimentos feministas utilizaram as arenas institucionais como ferramentas estratégicas para o alcance de suas demandas, com maior evidência em momentos políticos favoráveis, em um momento anterior ao período analisado. As entrevistas demonstraram que conselhos, conferências e instâncias de controle social foram identificados como espaços importantes de formulação e disputa de políticas públicas, pontuando uma atuação articulada nos espaços institucionais.

Desse modo, mesmo diante do afastamento progressivo dessas arenas em contextos políticos conservadores, principalmente, durante a gestão Bolsonaro, as lideranças não desconsideraram a importância desses espaços. Ao contrário, seu afastamento se deu como estratégia política de resistência, preservação da coerência ideológica e reposicionamento tático diante de governos considerados contrários aos princípios dos movimentos.

A interseccionalidade, nesse contexto, aparece como um eixo organizador da prática política, orientando agendas, alianças e métodos de luta. A atuação das lideranças feministas revela, portanto, uma capacidade de adaptação e reinvenção das formas de mobilização, que desafiaram estruturas opressoras por meio da construção de práticas diversas e fundamentada nas realidades vividas pelas suas bases.

Dessa forma, o artigo contribui para os estudos em movimentos feministas ao correlacionar cooperação e confronto com o Estado, demonstrando que a efetividade da participação política depende de uma atuação que combine incidência institucional, mobilização popular e a interseccionalidade como um princípio político organizativo, e não

apenas discursivo, fortalecendo articulações em redes que ultrapassam os espaços institucionais.

Os dados demonstram que esses movimentos têm reafirmado que a eficiência da democracia e a ampliação de direitos só serão possíveis se for mediante a articulação de lutas plurais e a preservação da autonomia política. A pesquisa revela ainda como o contexto político influencia diretamente as formas de participação, demonstrando que o afastamento dos espaços formais não implica recuo, mas sim reconfiguração estratégica das lutas. Assim, este estudo aprofunda a compreensão sobre os modos de resistência feminista no Brasil e sobre a potência transformadora da interseccionalidade enquanto método de organização coletiva e de construção de futuros possíveis.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 105, p. 15–46, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-015046/105\>. Acesso em: 04 ago. 2025.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Débora Rezende de. Resiliência institucional: para onde vai a participação nos conselhos nacionais de saúde e dos direitos da mulher?. *Cadernos CRH*, v. 33, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33281\>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BANSAL, Rajeev. *Integração de gênero por meio da participação política das mulheres*. [s.l.]: QTAnalytics Publication, 2024. Disponível em: <https://qtanalytics.in/publications/index.php/books/article/view/392>. Acesso em: 30 dez. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2025.

DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, Keele, n. 40, p. 1-25, 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/34871456/The_concept_of_social_movement. Acesso em: 30 dez. 2025.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 3, p. 219–250, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcn/article/view/1681/1478>. Acesso em: 30 dez. 2025.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Abordagens Teóricas No Estudo Dos Movimentos Sociais Na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21 n. 54, p. 439-455, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RS3GPtZ4kHcBH4ZqQgYtmsJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2025.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ-MALABET, Maria Auxiliadora. Participação Política das Mulheres através de Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais: O Caso do Compromiso Ciudadano em Medellín, Colômbia. *Social Politics*, n. 30, v. 1, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363614024_Women's_Political_Participation_through_Social_Movements_and_Nongovernmental_Organizations_The_Case_of_Compromiso_Ciudadano_in_Medellin_Colombia. Acesso em: 30 dez. 2025.

MANO, Maíra Kubík; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ciência Política, feminismos e debates contemporâneos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373673929_Ciencia_Politica_feminismos_e_debates_contemporaneos. Acesso em: 30 dez. 2025.

MASO, Tchella Fernandes; MENDOZA, Noemí Gómez. Educação popular feminista: um sonho, uma luta e um ato político. *Revista Estudos do Sul Global*, v. 2, p. 159–181, 2023.

Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/31>. Acesso em: 30 dez. 2025.

PEREZ, Olivia Cristina; MOURA, Joana Tereza Vaz de; SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. *Movimentos sociais contemporâneos: lutas e desafios das Organizações Feministas, Negras e LGBTQIAPN+*. Teresina: EDUFPI, 2025.

ROMÃO, Wagner Melo; LAVALLE, Adrián Gurza; ZAREMBERG, Gisela. Intermediação política e políticas públicas no Brasil: Conselhos e Conferências nas esferas políticas de Saúde e Direitos das Mulheres. In: ZAREMBERG, Gisela; GUARNEROS-MEZA, Valéria; GURZA-LAVALLE, Ádrian (orgs.). *Intermediação e representação na América Latina*. Estudos das Américas. Cham: Palgrave Macmillan, 2017, p. 31-49.

ROMÃO, Wagner; MARTELLI, Carla Giani. Gênero e participação em nível local: estudo sobre conferências municipais de políticas públicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 28, n. 76, p. 1-19, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987320287610>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura Sousa. O Fórum Social Mundial: manual de uso. *O Fórum Social Mundial*, Madison, 2004. Disponível em: <https://www.boaventuradesousasantos.pt/documents/fsm.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. O controle social como instrumento político na gestão do orçamento público. In: III Simpósio Orçamento Público e Políticas Sociais: o controle social como instrumento político na gestão do orçamento público. *Anais*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/III%20SIMPOSIO/O%20controle%20social%20como%20instrumento%20politico%20na%20gestao%20do%20orcamento%20publico%20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

TATAGIBA, Luciana; BIROLI, Flávia. Críticas feministas à democracia no Brasil: análises da crise e dos limites da normalidade. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 113, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.202539113.006>. Acesso em: 29 jun. 2025.

Como citar este artigo: SILVA, Anna Heloyza Dias Gonçalves da; PEREZ, Olivia Cristina. Movimentos feministas transformando os espaços de participação política: estratégias para alcançar demandas. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 1–25, 2025.

Recebido em 28.01.2025

Publicado em 31.12.2025